Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Cenários para observação e acompanhamento de dinâmicas sociais relacionadas ao trabalho em plataformas digitais: pontos para uma agenda atenta aos direitos coletivos e sociais

Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Erik Chiconelli Gomes 9

Referências 17

A importância do regulamento sanitário internacional e as pandemias

Benigno Núñez Novo 19

1 Introdução 19
2 Desenvolvimento 20
2.1 Histórico das pandemias 20
2.1.1 Pandemia do Século XIV: Peste Negra 20
2.1.2 Pandemia de 1889 – 1890 20
2.1.3 Pandemia de 1918 – 1920: Gripe Espanhola 21
2.1.4 Pandemia de 1957 – 1958: Gripe Asiática 21
2.1.5 Pandemia de 1968 – 1969: Gripe de Hong Kong 22
2.1.6 Pandemia de 1977 – 1978: Gripe Russa 22
2.1.7 Pandemia 2003 – 2004: Gripe Aviária 22
2.1.8 Pandemia de 2009: Gripe A (H1N1) – Gripe Suína 23
2.1.9 Pandemia de 2019: Covid-19 24
3 Conclusão 26
Referências 27

Organização dos Estados Americanos

Benigno Núñez Novo 29

1 Introdução 29
2 Desenvolvimento 31
3 Considerações finais 34
Referências 34

O direito internacional constitucional

Benigno Núñez Novo 37

1 Introdução 37
2 Desenvolvimento 38
3 Considerações finais 45
Referências 45

O *compliance* no terceiro setor

João Victor Tavares Galil, Pedro Luiz Ferreira de Almeida 47

Introdução 47
1 *Compliance*: metodologia e efeitos jurídicos 48

2 Terceiro setor 52
3 *Compliance* e terceiro setor 54
3.1 O *compliance* como metodologia para cumprimento do MROSC 54
3.2 As duas fases de mentalidade nas leis de terceiro setor 55
3.3 A aplicação da Lei Anticorrupção ao terceiro setor 56
3.4 Questões caras ao Programa de *Compliance* no terceiro setor 58
3.4.1 Fase da proposta e da participação no chamamento público 59
3.4.2 Fase de celebração convenial 61
3.4.3 Fase de execução convenial 62
Conclusões 67
Referências 68

Fundações fiscalizáveis por Tribunais de Contas
Ivan Barbosa Rigolin 71

Fiscalização ambiental como dever de todos
Rodrigo Santos Neves, Suéllen Cristina dos Santos de Souza 81
1 Introdução 81
2 Dos deveres fundamentais 83
3 O direito-dever fundamental de proteção ambiental 87
4 Dever dos indivíduos na fiscalização ambiental 91
5 Considerações finais 94
Referências 95

A proteção da tolerância no pluralismo constitucional brasileiro: entre Locke, Voltaire e a contemporaneidade
Matheus Mascarenhas Guzella 99
Introdução 99
1 A concepção constitucional do pluralismo político no Brasil 100
2 A tradição da tolerância em Locke e Voltaire 103
3 A (necessária) tolerância e sua aplicação moderna no pluralismo constitucional 106
4 Considerações finais 108
Referências 110

Comparative hate speech laws: a study between the Ellwanger case of Brazil and the Skokie case of the United States considering international human rights treaties
Carlos Gabriel Ramaglia Mota 113
1 Introduction 113
1.1 Freedom of Speech in Both Jurisdictions 114
2 The Ellwanger Case 116
2.1 The Ellwanger Case in the lower courts 117
2.2 The Ellwanger Case in the Supreme Court 119
2.3 Analysis of the Decision 122
3 The Skokie Case 123
3.1 The Skokie Case Decision 124
3.2 Analysis of the Decision 126
4 Normative Analysis 128
4.1 The American Declaration of the Rights and Duties of Man (ADRDM) as the Evaluation Criteria 128

4.2 The International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (ICERD) as the Evaluation Criteria 131
5 Conclusion 134
6 Bibliography 135
6.1 Primary Sources 135
6.2 Secondary Sources 136

Liberdade de circulação e o direito emergencial: limites impostos pela pandemia da Covid-19
Leandro Frigi das Candeias, Rodrigo Santos Neves 139
1 Introdução 140
2 Restrição a direitos fundamentais por lei e por ato administrativo 140
3 A saúde pública como direito fundamental 150
4 O poder de polícia como garantidor de direitos fundamentais 153
5 Conclusão 156
Referências 157

Reflexões acerca do acordo de leniência em decorrência de infrações em licitações e contratos administrativos previsto no art. 17 da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)
Leandro Moraes Leardini 161
1 Histórico do instituto 162
2 O combate à corrupção endêmica 163
3 A busca de resultados e o transplante para a legislação brasileira: um movimento pró-consensualidade 163
4 As várias leniências na legislação brasileira 164
5 O Acordo de Leniência do art. 17 da Lei Anticorrupção 165
6 As infrações previstas na Lei 8.666/93 170
6.1 Conceito de infração administrativa 170
6.2 Atraso injustificado na execução do contrato 170
6.3 Inexecução total ou parcial do contrato 171
6.4 Fraude fiscal 172
6.5 Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação 172
6.6 Demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados 173
7 As sanções da Lei 8.666/93 173
7.1 Advertência 174
7.2 Multa 174
7.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração 175
7.4 Declaração de Inidoneidade 175
7.5 Sanções previstas em outras leis 176
8 O procedimento para a realização do acordo: supedâneo no Decreto 8.420, de 18 de março de 2015 177
9 Aplicabilidade e benefícios 178
9.1 Leniência no Brasil em números 178
9.2 Obrigação de instituir um Programa de Integridade 179
Conclusão 179
Referências 181

Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária – uma perspectiva jurídica: das origens aos problemas jurídicos atuais
Amanda Navajas Hilsenrath 183

1 Introdução 184
2 Do conceito de desapropriação 184
3 Origens: a evolução do instituto no ordenamento pátrio 185
3.1 A Constituição de 1946 186
3.2 A Carta Política de 1967 e o Ato Institucional nº 9/1969 189
3.3 A Constituição de 1988 191
3.3.1 Desapropriação para fins de reforma agrária 191
3.3.2 Do cumprimento da função social da propriedade rural 192
4 Do atual emaranhado normativo, da necessidade de reforma e sistematização legal 194
5 Alguns dos problemas atuais com a desapropriação para fins de reforma agrária: a controvérsia judicial no caso da indenização de matas e florestas 196
6 Conclusão 198
Referências 199

A (in)capacidade contributiva em casos de inadimplemento definitivo: uma análise do RE nº 586.482/RS
Ricardo Oliveira Pereira, Vinicius Marinho Minhoto 201

1 Introdução 202
2 O conceito de receita no direito tributário 203
3 O princípio da capacidade contributiva (uma análise de seu conteúdo econômico) 208
4 O RE nº 586.482/RS (uma análise crítica) 212
4.1 As implicações do julgado em relação à capacidade contributiva 219
5 Considerações finais 221
Referências 222

A "Sociedade aberta dos intérpretes da Constituição" na ADPF nº 828/2021
João Priolli de Araújo 225

1 Introdução 226
2 Da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição 227
3 Da democratização da interpretação constitucional na legislação e jurisprudência brasileira: *amicus curiae* e audiências públicas 230
4 Campanha Despejo Zero e arguição de descumprimento de Preceito Fundamental nº 828/2021 237
5 Conclusão 244
Referências 246

Instruções para os autores 249